



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Simões Filho

1

Segunda-Feira • 28 de Dezembro de 2009 • Ano I • Nº 214

Esta edição encontra-se no site: www.simoesfilho.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Simões Filho publica:

- **Lei nº 773/2009** - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências.
- **Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 056/2009 PMSF - Carta Convite n.º 020/2009** - Objeto: Fica prorrogado por mais 01 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias. (Contratado: Funerária Siaf Ltda ME.)



TRANSPARÊNCIA

Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.

AUTONOMIA

OFICIALIDADE

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Gestor - José Eduardo Mendonça de Alencar / Secretário(a) - Governo / Editor - Ass. Comunicação
Endereço - Simões Filho - BA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: VWB1ZMGATPM7MDR8R5GHWQ

Leis

LEI nº 773/2009

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, ESTADO DA BAHIA, uso de suas atribuições faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei;

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2010, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 159, § 2º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – as metas e riscos fiscais;
- III – a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- V – das normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VIII – as disposições sobre a dívida pública municipal e operação de crédito;
- IX – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2010, os Programas indicados no Anexo I desta Lei.

§ 1º As metas e ações de cada programa prioritário constante do Anexo referido no caput deste deverão estar de acordo com aquelas especificadas no PPA – Plano Plurianual – 2010/2013, sendo que por se tratar de um ano atípico, onde a elaboração da LDO antecede a elaboração do PPA, o Anexo I, será incorporado automaticamente a esta Lei, depois de devidamente apreciado e aprovado pelo Legislativo Municipal.

Art. 3º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício de 2010 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;

III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas e de infra-estrutura econômica.

IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais.

V - priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para criança, saúde e saneamento básico;

VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;

VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa.

VIII - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada.

Art. 4º - As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2010, não se constituindo limites à programação das despesas.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º - Integra a presente Lei os anexos estabelecidos nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os anexos referidos no *caput* deste artigo estão em consonância com as orientações contidas no Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN n.º 577 de 15 de outubro de 2008.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - Para fins de organização, estruturação e execução dos orçamentos, conceituam-se:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

V – função - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

VI – subfunção - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

VII - categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos programas, projetos, atividades e operações especiais, função e subfunção;

VIII - transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IX - remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

X - transferência – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;

XI - reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XII - passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIII - créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XIV - crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XV - crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVI - crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVII - unidade orçamentária - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas;

XVIII - unidade gestora - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XIX - órgão - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 7º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 8º - A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 27 desta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º - A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º - A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/01 e suas alterações.

§ 6º - As modalidades de aplicação, exceto alteração QDD, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, mediante autorização legislativa específica, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º - O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º - Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

Art. 9º - O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as estimativas de receitas para o exercício de 2010, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10 - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro do corrente exercício, além da mensagem e do respectivo projeto de texto de lei, será composta de:

- I - quadros orçamentários consolidados;
- II - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativos e informações complementares.

§ 1º - O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

- I - a receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I integrante da Lei nº 4.320/64;
- II - a receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II integrante da Lei Federal nº 4.320/64;
- III - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

§2º - Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do *caput* deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

- I – demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal;
- II – demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, demonstrando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
- III – demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- IV - as tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 11 - A receita será detalhada, na proposta e na lei orçamentária anual, por sua natureza e fontes, segundo o esquema constante da Portaria Conjunta nº 1, de 29 de abril de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Art. 12 - Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 13 - O Orçamento Analítico também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º - Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º - Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 15 - Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2010, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único – As Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta lei poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais e a definição das transferências constitucionais e voluntárias constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado da Bahia.

Art. 16 - A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2009.

Art. 17 - A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18- A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 19 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - houver viabilidade técnica e econômica;
- III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.
- IV – ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

Parágrafo único - Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de abril do exercício em curso, ultrapasse a 15% (quinze por cento) do seu custo total estimado.

Art. 20 - As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 21 - Visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira ao Poder Legislativo ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o dispositivo constitucional previsto no artigo 29-A, da Constituição Federal, assegurada a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais;

II – as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas dentro do limite estabelecido pelo texto Constitucional referido no inciso anterior.

Parágrafo único – Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

Art. 22 - A proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo, até o dia 30 de agosto de 2009, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, por parte do Poder Executivo, desde que sejam atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º – Será observado o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - O percentual financeiro devido à Câmara Municipal deverá ser repassado àquela Casa Legislativa até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 23 – Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 45 desta Lei.

Art. 24 - A coleta de dados, o seu processamento e a consolidação da Lei Orçamentária Anual para 2010, bem como suas alterações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos, também por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA.

Parágrafo Único - Os relatórios que consolidam a Lei Orçamentária Anual emitidos pelo SIGA, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia- TCM-BA através da internet pelo módulo transferidor e devidamente validados pelo titular da Pasta ou entidade, conforme disposto na Resolução n.º 1.273/08 de 17 de dezembro de 2008 do TCM-BA.

SEÇÃO II DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO

Art. 25 - A inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária de 2010 e em seus créditos adicionais, somente será feita se atender às exigências legais, constante do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada e desde que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto e gratuito ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;
- III - sejam qualificadas como Organizações Sociais ou como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- IV - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

§ 1º - A execução das dotações sob os títulos especificados neste artigo, além das condições nele estabelecidas, dependerá da assinatura de convênio, conforme observado o disposto no art. 116 e §§ da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - Aos órgãos ou entidades responsáveis pela concessão de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, conforme previsto no *caput* deste artigo, competirá verificar, quando da assinatura de convênio ou contrato de gestão, o cumprimento das exigências legais.

Art. 26 - A destinação de recursos financeiros a pessoas físicas somente se fará para garantir a eficácia da execução de programa governamental específico, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura, conforme o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, e desde que, concomitantemente:

- I - o programa governamental específico em que se insere o benefício esteja previsto na lei orçamentária anual;
- II - reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;

III - haja prévia publicação, pelo respectivo Poder, de normas a serem observadas na concessão do benefício que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção dos beneficiários;

IV - definam-se mecanismos de garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.

Art. 27 - A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada “Reserva de Contingência”, em montante equivalente a até 1% (um por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais conforme art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001 e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - O Poder Executivo adotará mecanismos para incentivar a participação popular, na indicação de prioridades e na elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2010, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados, conforme disposto no art.48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas ou consultas públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

III – nas audiências públicas ou consultas públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

Art. 29 - Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida.

c) transferência tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 30 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 31 - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição de projeto de Projeto de Lei Orçamentária anual que ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com previa e específica autorização legislativa.

Parágrafo único – No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 32 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual e cujos desdobramentos obedecerão ao disposto na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 1º - Os QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa e fonte de recursos aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - Os QDD's poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa e fontes de recurso, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares e especiais regularmente abertos.

§ 4º - A apresentação das fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, será feito obedecendo à classificação contida na Resolução n.º 1.268/08 de 27 de agosto de 2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA, conforme abaixo:

00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%

02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
03	Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transf. de Rec. do Fundo Nacional de Desenvolv. Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferências FUNDEB (60%)
19	Transferências FUNDEB (40%)
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros
29	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
30	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/CFERM
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
90	Operações de Crédito Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienação de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 33 - O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 34 - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculada as funções de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 35 - Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I – recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado da Bahia e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

SEÇÃO IV **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO** **ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO**

Art. 36 - Com vistas ao cumprimento das metas fiscais previstas no Capítulo II desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária, detalhado no mínimo por grupo de natureza da despesa.

§ 1º - O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica.

§ 2º - O próprio Poder Legislativo, promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira do Poder Legislativo, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fixo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37 - Havendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos Anexos que integram esta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2010, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

a) investimentos e inversões financeiras;

b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;

c) outras despesas correntes.

§ 1º - Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º - Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 38 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 39 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 40 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na área da administração tributária municipal, com destaque para:

I - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal sobre Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

IV - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;

V - revisão da planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização de mercado imobiliário;

VI - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua exatidão;

VII - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN;

VIII - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;

IX - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade às micro e pequenas empresas;

X - prioridades na execução das Leis Municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos;

XI -estabelecimento de critérios de compensação de renúncia, caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária;

XII - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município;

XIII - modernização dos procedimentos de administração tributária, financiado com recursos de terceiros

§ 1º Considerando o disposto no artigo 11 da Lei Complementar Federal n.º 101 de 2000, deverão ser adotadas medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município;

§ 2º Os recursos decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o título V, da Lei Federal n.º 4.320/64;

§ 3º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas nos termos deste artigo, até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício de 2010.

Art. 41 - A arrecadação decorrente das receitas municipais deverão possibilitar a prestação de serviços de qualidade e investimentos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico.

Art. 42 - O Poder Executivo deverá considerar para a estimativa da receita orçamentária as medidas adequadas à expansão da arrecadação tributária municipal.

Parágrafo único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária deverá discriminar e estimar os recursos incrementados, decorrentes da alteração proposta.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 43 - Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

Art. 44 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2009, projetadas para o exercício de 2010, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único: Caso a despesa com pessoal exceda a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no inciso III do artigo 19 da LC nº 101/00, admitir-se-á a contratação de horas extras para atendimento a necessidade de serviços de saúde, educação e serviços urbanos, bem como às situações de estado de emergência.

Art. 45- As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preenchem simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 46 - Para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia, fica autorizado a concessão de qualquer vantagem, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, constantes de quadro específico da lei orçamentária, observadas as normas constitucionais e legais específicas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE
CRÉDITO

Art. 47- A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 48 – A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Art. 49 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará aos órgãos e entidades devedoras, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2010, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 30, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de natureza de despesas, especificando no mínimo:

- I** - número da ação originária;
- II**- número do precatório;
- III** - tipo de causa julgada;
- IV** - data da autuação do precatório;
- V** - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- VI** - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VII** - data do trânsito em julgado e;
- VIII**- número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único - A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º art. 100 da Constituição Federal, e das parcelas resultantes do disposto no artigo 78 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará no exercício de 2009, inclusive em relação às causas trabalhistas, a variação do IGP-DI - Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 50 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas, as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 51- A lei orçamentária poderá conter autorização para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nr. 101, 2000 e atendidas as exigências estabelecidas na resolução nr. 43, de 2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO na forma prevista no § 3º do art. 165 da CF/88 e art. 52 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – LRF.

Art. 53 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em conformidade com o art. 54 da LRF.

Parágrafo Único - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Art. 54 - Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores.

Art. 55 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 56 - Para cumprimento do disposto no art. 42, da Lei Complementar Federal nº 101/00, considera-se:

- I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou outro instrumento congênere;
- II - compromissadas, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57 - Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado mediante autorização legislativa específica, a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas.

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;
- III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;
- IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

V – ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 58 - Esta Lei entra em vigor em 01/01/2010 e vigorará até o dia 31/12/2010 revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 07 DE JULHO DE 2009.

JOSÉ EDUARDO MENDONÇA DE ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

(Art. 159 § 2º da Constituição Estadual¹ e Art. 165 § 2º da Constituição Federal²)

I. FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Equipamentos	Unidade	
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA	Prédio	Unidade	
GESTÃO DAS AÇÕES DA ATIVIDADE DA CÂMARA	Ações	Unidade	
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Ações	Unidade	
SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	Ações	Unidade	

II. FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS
MODERNIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS	Informática	Unidade	
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL			
IMPLANTAÇÃO E MANUT. DA OUVIDORIA MUNICIPAL			
GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNIC. DO GOVERNO			
GERENCIAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			

III. EDUCAÇÃO: CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	METAS
	Melhoria Qualidade	Cidadãos	600
	Treinamento	Servidores	50
	População Carente	Centro	6
	Famílias Carentes	Cidadãos	1.500
	Entidades	Unidade	15
		Pessoas	
		Pessoas	4000
	Pessoas	Unidade	5000
	Idosos	Pessoas	200
	Centro Construído	Unidade	1
	Família	Unidade	1000

¹ A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agencias financeiras oficiais de fomento.

² A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agencias financeiras oficiais de fomento.

IV. ESPORTE E LAZER: AÇÃO PARTICIPATIVA E INTEGRADA			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
			100%
			100%
			100%
	Escolas Atendidas	Escolas	100%
	Escolas Atendidas	Unidade	30%
	Crianças	Unidade	1000
	Estudantes	Unidade	100%
	Estudantes	Unidade	50%
	Crianças	Unidade	1800
	Escolas	Percentual	100%
	Professores	Unidade	60%
	Escolas Atendidas	Escolas	9
	Servidores	Unidade	1200
	Adultos Atendidos	Pessoas Atendidas	3000
	Equipamentos	Unidade	100
	Escolas	Unidade	50%
	Estudantes	Unidade	100%
	Creches	Unidades	4
V. SAÚDE SIMÕES FILHO: PROMOVENDO E DESENVOLVENDO A SAÚDE			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Pessoas	Percentual	100 %
	Pessoas	Percentual	100 %
	Pessoas	Percentual	100 %
	Pessoas	Percentual	50 %
	Famílias	Percentual	100 %
	Município	Percentual	100 %
	Famílias	Percentual	100 %
	Hospital	Unidade	2
	Convênio	Unidade	Todos
	Famílias	Percentual	100 %
	Pessoas	Percentual	100 %
	Beneficiados	Unidade	10.000
	Usuários	Unidade	Todos
	Servidores	Unidade	600
	Unidade Móvel	Unidade	1
	Pessoas	Unidade	3.000
	Pessoas	Unidade	Todas
	Usuários atendidos	Unidade	Todos
	População	Percentual	100 %
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	2
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	1
	Imóvel	Unidade	1
	Pessoas	Unidade	Todas
	Ambulatórios	Unidades	Todas
	Pessoas Beneficiadas	Unidade	36.000

VI. ASSISTÊNCIA SOCIAL: MUDANDO A REALIDADE			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Município	Percentual	100%
	Implementos	Unidade	5
	Produtores	Unidade	500
	Estradas	Km	100%
	Feiras	Unidade	3
	Casas	Unidade	100
	Casas	Unidade	350
	Projetos	Unidade	100%
	Mercado	Unidade	2
VII. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA COM SUSTENTABILIDADE			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Município	Percentual	100%
	Município	Percentual	100%
	Micro empresário	Unidade	1.500
	Ciclos	Unidade	20
	Pessoas	Unidade	500
VIII. PROGRAMA HABITACIONAL			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Unidade	M2	300
	Equipamentos	Unidade	20
	Área	km	35
	Metros	km	15
	Área	M	15.000
	Bairros Atendidos	Unidade	2
	Projetos	Unidade	5
	Cidadãos	Unidade	100%
	Cidadãos	Unidade	100%
	Cidadãos	Unidade	100%
	Cidadãos	Unidade	100%
	Rede	Porcentagem	100%
	Cidadãos	Porcentagem	100%
	Lixo Recolhido	Porcentagem	100%
	Projeto	Unidade	1
	Município	Porcentagem	100%
	Bairros Atendidos	Unidade	5
	Cidadãos	Unidade	118.000
	Semáforos	Unidade	20
	Cidadãos	Porcentagem	100%
	Cidadãos	Porcentagem	100%
	Matadouro	Unidade	1
	Implementos	Unidade	6
IX. DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL			
AÇÕES	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Estádio	Unidade	1
	Jovens	Unidade	800
	Atletas	Percentual	100%
	Município	Percentual	100%
X. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS			
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	METAS

	Casas	Unidades	500
	Casas	Unidade	220
XI. PROMOÇÃO DA CULTURA LOCAL			
AÇÕES			
	PRODUTO	UNID. MEDIDA	METAS
	Crianças Atendidas	Unidade	500
	Crianças Atendidas	Unidade	500
	Centro Construído	Unidade	1
	Jovens	Unidade	800
	Famílias	Unidade	1000
	Pessoas	Unidade	300
XII. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
AÇÕES			
	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Cidadãos	Percentual	100%
XIII. PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL			
XIV. SIMÕES FILHO JOVEM: OPORTUNIDADES E DIREITOS			
XV. DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS, ARTICULANDO REDES DE DIFERENTES PORTES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS			
XVI. CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMNIO NATURAL			
XVII. QUALIDADE DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS			
XVIII. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSITO NA CIDADE			
AÇÕES			
	RESULTADO	UNID. MEDIDA	METAS
	Áreas	Metro	35.000
	Município	Percentual	100%
	Famílias	Unidade	200

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Anexo I de Metas Administrativas.
Anexo da Lei nº 773/2009

F	SF	Código	Denominação	Produto	UN	Meta 2010
			Ação: Revisão e Atualização do Plano de Cargos e Salários (PCCV) Objetivo: Valorização Permanente do Quadro Efetivo do Município. Meta: Plano de Cargos e Salários atualizados e revisados. Programa: 003			100%
			Ação: Implantação do Laboratório Central. Objetivo: Ampliar o acesso aos serviços de Exames Laboratoriais. Meta: Laboratório construído. Programa: 005			100%
			Ação: Construção do Centro de Controle de Zoonozeshj. Objetivo: Prevenir e Controlar Doenças Zoonóticas. Meta: Centro de controle construído. Programa: 005			100%

**Anexo I de Metas Administrativas
Anexo da Lei nº 773/2009**

			Ação: Criação do Banco do Povo. Objetivo: Oferecer crédito popular para os Micros e Pequenos Empreendedores Meta: Banco Implantando. Programa: 015			100%
			Ação: Implantação do Centro de Formação Profissional. Objetivo: Capacitar Profissionais para a Pequena, Média e Grande Empresa. Meta: Centro Implantado. Programa: 015			100%
			Ação: Implantação do programa Bolsa Universitária. Finalidade: Elevar o nível de escolaridade dos estudantes do Município. Meta: 500 alunos mantidos. Programa: 003			100%
			Ação: Gestão de ações de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Discriminação Social. Finalidade: Manter as atividades voltadas para a Reparação Social. Meta: Ações Mantidas. Programa: 011			
			Ação: Gestão de Ações da Defesa Civil. Finalidade: Manter as atividades relacionadas à atuação da Defesa Civil. Meta: Ações Mantidas. Programa: 009			
			Ação: Implantação e Gestão de um Restaurante Popular. Finalidade: Levar alimentação para população de baixa renda. Meta: Restaurante popular implantado e mantido. Programa: Assistência Social mudando a realidade.			100%

**Anexo I de Metas Administrativas
Anexo da Lei nº 773/2009**

			Ação: Implantação de um Pólo Industrial Municipal. Finalidade: Incentivar Pequenas e Médias Empresas a se instalarem no Município. Meta: Pólo construído. Programa: 015			
			Ação: Incentivo aos artistas da terra. Finalidade: Valorização Cultural e Artística dos artistas do Município. Meta: Programas realizados. Programa: 011			100%
			Ação: Construção de Campos de Futebol. Finalidade: Melhorias na qualidade de vida, através do esporte e lazer. Meta: Campos construídos. Programa: 004			100%
			Ação: Realização de Censo Empresarial. Finalidade: Cadastrar e direcionar a formação profissional do Município. Meta: Censo realizado. Programa: 015			100%

LDO 2010
Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 005 - SAÚDE SIMÕES FILHO: PROMOVENDO E DESENVOLVENDO A SAÚDE

BLOCO	Código		Ação(Projeto/ Atividade)		Recursos 2009	
	F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA	10	301		Ação: Gestão dos serviços do programa Agentes Comum. De Saúde Objetivo: Promover a eficiência ao atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	02	1.072.600,00
	10	122		Ação: Gestão do fundo municipal de saúde Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	1.500,00
	10	301		Ação: Gestão do programa saúde da família Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	1.463.955,65
	10	301		Ação: Construção de unidades de saúde de atenção básica Objetivo: Construção de unidade de saúde para a sociedade Meta: Melhoria das condições de tratamento da saúde da sociedade	4	270.000,00
	10	301		Ação: Gestão dos Serviços do Programa de Saúde Bucal - PSB Objetivo: Promover ações de gerenciamento as Ações do PSB Meta: Programa Gerenciado	2	1.421.228,58
	10	301		Ação: Reforma e/ou ampliação de unidades de saúde de atenção básica		

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: VWB1ZMGATPM7MDR8R5GHWQ

Esta edição encontra-se no site: www.simoefilho.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

			Objetivo: Propiciar melhoria e eficiência no atendimento as demandas da população Meta: Unidades Construídas	2	118.324,96
	10	301	Ação: Gestão dos Serviços da Rede Básica de Saúde Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços da Rede Básica de Saúde Meta: Serviços Mantidos	2	1.958.625,04
	10	301	Ação: Gestão dos Serviços do SAMU 192 Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e Serviços do SAMU 192 Meta: Serviços Mantidos	2	45.000,00
	10	122	Ação: Gestão dos Serviços da Secretaria Mun. De saúde Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades a cargo da Sec Saúde Meta: Serviços Mantidos	2 0	860.000,00 50.000,00
BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10	303	Ação: Gerenciamento do Programa de Assis. Farmacêutica Básica Objetivo: Promover o gerenciamento e maximização do atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	2	1.063.434,07
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10	305	Ação: Gerenc. Do Prog. Ações de Vigilância e Contr. De Tuberculose e hanseníase Objetivo: Promover o gerenciamento e maximização do atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	2	100.838,91
BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	10	302	Ação: Reforma, ampliação e reequipamento do hospital municipal Objetivo: Propiciar melhoria e eficiência no atendimento as demandas da população Meta: Unidades Construídas	2	940.000,00

			Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades do Hospital Municipal Meta: Serviço Mantido	2	10.687.982,40
	10	302	Ação: Gestão dos ambulatórios de especialidades Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	2.524.836,39
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10	122	Ação: Gestão do programa de Vigilância em saúde Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços da Vigilância Epidemiológica Meta: Serviços Mantidos	2	902.525,38
	10	304	Ação: Implant. E Manut. Da UNID. De Vigilância em Saúde do Trab.		

F= Função
SF= Sub-função

LDO 2010
Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 001 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO: APRECIAR PROPOSIÇÕES EM GERAL, APURAR FATOS DETERMINADOS, EXERCER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXTERNO DOS ÓRGÃOS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DESEMPENHAR AS DEMAIS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS DO ÓRGÃO E DE SEUS MEMBROS.

Código		Ação				
F	SF	Código	Denominação	Produto	Unidade de medida	Meta 2010
01	031		Ação: Aquisição de máquinas e equipamentos	Equip. e Maq. Adquiridos	Unidade	
01	031		Ação: Reforma e ampliação do prédio da Câmara	Reforma/ampliação realizada	M2	
01	031		Ação: Gestão das ações das atividades da Câmara	Manutenção garantida	Ação Mantida	
01	031		Ação: Publicidade e Propaganda	Ações e Atos publicados	Unidade	
01	031		Ação: Sentenças Judiciais e Precatórios	Sentenças / Precatórios quitados	Unidade	

F= Função
SF= Sub-função

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
OBJETIVO: ADOPTAR UMA POLÍTICA DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO QUALIFICADO EFICIENTE E EFICAZ, MODERNIZAR, RACIONALIZAR E INCENTIVAR O APARELHO ARRECADADOR, PROMOVENDO JUSTIÇA FISCAL E INCREMENTO DAS RECEITAS.

Código		Ação				
F	SF	Código	Denominação	Produto	Unidade de medida	Meta 2010
04	126		Ação: Modernização de novas tecnologias	Digitalização realizada	Unidade	
04	122		Ação: Gestão dos serviços do Gabinete do Prefeito	Serviços mantidos	Ação Mantida	
04	131		Ação: Publicação e conservação dos atos oficiais do Poder Executivo	Atos publicados/conservados		
04	122		Ação: Desapropriação por interesse social	Desapropriação realizadas		
02	092		Ação: Assistência jurídica à população carente	Assistência realizada		
04	121		Ação: Orçamento cidadão	Evento Realizado		
04	122		Ação: Gestão dos Serviços da Assessoria de Planejamento	Serviços Mantidos		
04	131		Ação: Elaboração de Plano de Comunicação	Plano elaborado		
04	131		Ação: Elaboração de Periódicos Mensais do Município	Periódicos Elaborados		
04	131		Ação: Realização de Campanha Publicitária	Campanhas Realizadas		
04	122		Ação: Gestão dos Serviços de Assessoria de Comunicação	Serviços Mantidos		
04	122		Ação: Gestão dos Serviços da Controladoria	Serviços Mantidos		
04	128		Ação: Capacitação e treinamentos dos servidores - cursos	Cursos realizados		
15	451		Ação: Gestão de prédios e equipamentos públicos	Prédios Construídos		
04	122		Ação: Gestão das ações da Sec. De Administração	Serviços mantidos		
04	122		Ação: Gestão dos Serviços da Secretaria Municipal de Infra-	Serviços Mantidos		
			Estrutura			
15	451		Ação: Gestão dos Serviços de Iluminação Pública	Ações gerenciadas		
04	129		Ação: Gestão dos Serv. da Adm. Tributária - Inteligência Fiscal	Serviços mantidos		
04	122		Ação: Gestão dos Serviços da Secretaria Municipal da Fazenda	Serviços mantidos		

F=

Função

SF= Sub-função

LDO 2010
Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 003 - EDUCAÇÃO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

Código		Ação				
F	SF	Código	Denominação	Produto	Unidade de medida	Meta 2010
11	334		Ação: Construção do Centro de Aperf. do Trabalhador em Educação Objetivo: Promover a capacitação e aperfeiçoamento do trabalhador em educação Meta: CATE Construído	01	190.000,00	190.000,00
12	365		Ação: Construção de unidades escolares/Infantil Objetivo: Ampliar o acesso a população dotando de condições de funcionamento e atendimento Meta: Creches construídas	01	850.000,00	850.000,00
12	365		Ação: Conservação de unidades escolares/Infantil Objetivo: Administrar, manter, conservar e preservar Unidades Escolares Meta: Unidades escolares conservadas	01	760.000,00	760.000,00
12	365		Ação: Conservação de Unidades Escolares / pre-escola FUNDEB 40% Objetivo: Continuação dos projetos de educação Meta: Condições de ensino para a população	01	180.000,00	180.000,00

12	12 2	Ação: Gestão dos Serviços da Secretaria de educação Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades a cargo da Secretaria Meta: Serviços mantidos	01	8.168.141,03	8.168.141,03
12	36 5	Ação: Ações de alimentação infantil Objetivo: Assegurar o atendimento nutricional do aluno. Meta: Alunos Atendidos	01	395.042,50	395.042,50
12	12 2	Ação: Gestão da Educação Infantil Objetivo: Assegurar o atendimento, administrar e manter as ações e atividades de Educação Infantil 0 a 6 anos Meta: Alunos Atendidos	01	490.000,00	490.000,00
13	36 1	Ação: Transporte escolar do ensino fundamental Objetivo: Garantir o acesso à educação. Meta: Alunos atendidos	01	571.806,70	571.806,70
12	36 1	Ação: Gestão das ações do PDDE Objetivo: Promover a autonomia administrativa e financeira da Escola. Meta: Unidade Escolar Assistida.	01	250.000,00	250.000,00
12	36 1	Ação: Programa nacional de alimentação escolar - PNAE Objetivo: Alimentação escolar Meta: Alimentação de qualidade	01	982.168,00	982.168,00
12	36 1	Ação: Fardamento escolar / Fundamental Objetivo: Padronização escolar Meta: Alunos Atendidos	01	347.763,65	347.763,65

12	36 1	Ação: Gestão das ações do salário educação Objetivo: Reduzir as diferenças educacionais e sociais. Meta: Crianças e jovens atendidos.	01	1.153.816,88	1.153.816,88
12	36 6	Ação: Ações do Brasil alfabetizado Objetivo: Atender ao Programa Brasil Alfabetizado Meta: Programa atendido.	01	308.645,38	308.645,38
12	30 6	Ação: Ações do PNAQ-PNAE quilombola Objetivo: Assegurar o atendimento nutricional do aluno. Meta: Alunos assistidos.	01	6.864,00	6.864,00
12	36 6	Ação: Gestão das ações do TOPA Objetivo: Promover uma educação de qualidade para a população de jovens e adultos. Meta: Jovens e adultos atendidos.	01	20.000,00	20.000,00
12	36 6	Ação: Transporte escolar dos universitários Objetivo: Garantir o acesso à educação. Meta: Alunos atendidos	01	600.000,00	600.000,00
12	36 1	Ação: Informatização da rede / fundamental - FUNDEB 40% Objetivo: Informatizar o ensino fundamental Meta: Informatizar a rede de do ensino fundamental	01	390.000,00	390.000,00
12	36 1	Ação: Aquisição de Bens Móveis - FUNDEB - 40% Objetivo: Estruturar as salas de aula. Meta: Melhorar a qualidade de ensino	01	300.000,00	300.000,00
12	36 1	Ação: Infra - estrutura organizacional/fundamental - FUNDEB 40%			

		Objetivo: Estruturar as salas de aula. Meta: Melhorar a qualidade de ensino	01	2.350.000,00	2.350.000,00
12	36 1	Ação: Renovação da frota / aquisição de veículos / fundamental - FUNDEB 40% Objetivo: Estruturar a frota de veículos Meta: Adquirir veículos para renovação da frota	01	1.012.963,05	1.012.963,05
12	36 1	Ação: Avaliação de desempenho educacional / fundamental FUNDEB 40% Objetivo: Qualificar e gerenciar as ações do ensino fundamental Meta: Ações gerenciadas.	01	350.000,00	350.000,00
12	36 1	Ação: Qualificação e capacitação de profissionais / Fundamental - FUNDEB 40% Objetivo: Qualificar e gerenciar as ações do ensino fundamental Meta: Ações gerenciadas.	01	280.000,00	280.000,00
12	36 1	Ação: Gestão das ações do ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB -60% Objetivo: Gerenciar as ações do ensino fundamental Meta: Ações gerenciadas.	01	11.432.763,94	11.432.763,94
12	36 1	Ação: Gestão das ações do ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB -40% Objetivo: Garantir o acesso à educação. Meta: Alunos atendidos	01	1.538.879,57	1.538.879,57
12	36 5	Ação: Gestão das ações do ENSINO INFANTIL / CRECHE - FUNDEB 40% Objetivo: Gerenciar as ações do ensino infantil / Creche. Meta: Ações gerenciadas.	01	380.150,18	380.150,18
12	36 5	Ação: Gestão das ações do ENSINO INFANTIL / CRECHE - FUNDEB -60%			

		Objetivo: Gerenciar as ações do ensino infantil / Creche. Meta: Ações gerenciadas.	01	570.225,28	570.225,28
12	36 5	Ação: Gestão das ações do ensino INFANTIL / PRÉ - ESCOLA - FUNDEB 60% Objetivo: Gerenciar as ações do ensino infantil / Pré - Escola Meta: Ações gerenciadas.	01	1.015.553,45	1.015.553,45
12	36 5	Ação: Gestão das ações do ensino INFANTIL / PRÉ - ESCOLA - FUNDEB 40% Objetivo: Gerenciar as ações do ensino infantil / Pré - Escola Meta: Ações gerenciadas.	01	497.035,63	497.035,63
12	36 6	Ação: Gestão das ações do ensino de jovens e adultos - FUNDEB 40% Objetivo: Gerenciar as ações da Educação de Jovens e Adultos Meta: Ações gerenciadas.	01	857.039,62	857.039,62
12	36 6	Ação: Gestão das ações do ensino de jovens e adultos - FUNDEB 60% Objetivo: Gerenciar as ações da Educação de Jovens e Adultos Meta: Ações gerenciadas.	01	1.285.559,42	1.285.559,42
12	36 7	Ação: Gestão das ações do ensino especial - FUNDEB 60% Objetivo: Gerenciar as ações da Educação Especial. Meta: Ações gerenciadas.	01	310.890,88	310.890,88
12	36 7	Ação: Gestão das ações do ensino especial - FUNDEB 40% Objetivo: Gerenciar as ações da Educação Especial. Meta: Ações gerenciadas.	01	207.260,59	207.260,59
12	36 1	Ação: Gestão das ações da educação quilombola - FUNDEB 40% Objetivo: Gerenciar as ações da Educação indígena.	01	9.856,58	9.856,58

			Meta: Ações gerenciadas.			
12	36 1		Ação: Gestão das ações do salário educação Objetivo: Reduzir as diferenças educacionais e sociais. Meta: Crianças e jovens atendidos	01	14.784,86	14.784,86
12	36 1		Ação: Transporte escolar do ensino fundamental - FUNDEB 40% Objetivo: Garantir o acesso à educação. Meta: Alunos atendidos	01	1.400.000,00	1.400.000,00
12	36 2		Ação: Transporte escolar do ensino médio Objetivo: Garantir o acesso à educação. Meta: Alunos atendidos	01	480.000,00	480.000,00
12	364		Ação: Parceria Educacional e Tecnologia Objetivo: Desenvolver programas à otimização de parcerias educacionais e tecnológicas Meta: Parcerias realizadas	01	220.000,00	220.000,00

F= Função

SF= Sub-função

LDO 2010

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 004 - ESPORTE E LAZER: AÇÃO PARTICIPATIVA E INTEGRADA

Código		Ação(Projeto/ Atividade)		Recursos 2009	
F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
27	812		Ação: Construção de quadras esportivas Objetivo: Incentivar a prática de esportes dotando o município de espaços esportivos Meta: Construções Realizadas	0	50.000,00
27	812		Ação: Incentivo ao Esporte amador - torneio por modalidades Objetivo: Promover torneios e atividades voltadas a incentivar o esporte amador Meta: Eventos realizados	0	290.000,00
27	812		Ação: Escolinha de Esportes		
27	812		Ação: Aquisição de materiais e equipamentos esportivos		
27	812		Ação: Esporte solidário Objetivo: Incentivar, estimular e promover o esporte Meta: Esporte incentivado	0 04	410.000,00 734.028,00

F= Função

SF= Sub-função

LDO 2010

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 005 - SAÚDE SIMÕES FILHO: PROMOVEDO E DESENVOLVENDO A SAÚDE

BLOCO	Código		Código	Ação(Projeto/ Atividade) Denominação	Recursos 2009	
	F	SF			Fonte	Valor
BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA	10	301		Ação: Gestão dos serviços do programa Agentes Comum. De Saúde Objetivo: Promover a eficiência ao atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	02	1.072.600,00
	10	122		Ação: Gestão do fundo municipal de saúde Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	1.500,00
	10	301		Ação: Gestão do programa saúde da família Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	1.463.955,65
	10	301		Ação: Construção de unidades de saúde de atenção básica Objetivo: Construção de unidade de saúde para a sociedade Meta: Melhoria das condições de tratamento da saúde da sociedade	4 2	270.000,00 27.000,00
	10	301		Ação: Gestão dos Serviços do Programa de Saúde Bucal - PSB Objetivo: Promover ações de gerenciamento as Ações do PSB Meta: Programa Gerenciado	2	1.421.228,58
	10	301		Ação: Reforma e/ou ampliação de unidades de saúde de atenção básica Objetivo: Propiciar melhoria e eficiência no atendimento as demandas da população Meta: Unidades Construídas	2	118.324,96
	10	301		Ação: Gestão dos Serviços da Rede Básica de Saúde Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços da Rede Básica de Saúde Meta: Serviços Mantidos	2	1.958.625,04

	10	301		Ação: Gestão dos Serviços do SAMU 192 Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e Serviços do SAMU 192 Meta: Serviços Mantidos	2	45.000,00
	10	122		Ação: Gestão dos Serviços da Secretaria Mun. De saúde Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades a cargo da Sec Saúde Meta: Serviços Mantidos	2 0	860.000,00 50.000,00
BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10	303		Ação: Gerenciamento do Programa de Assist. Farmacêutica Básica Objetivo: Promover o gerenciamento e maximização do atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	2	1.063.434,07
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10	305		Ação: Gerenc. Do Prog. Ações de Vigilância e Contr. De Tuberculose e hanseníase Objetivo: Promover o gerenciamento e maximização do atendimento à população Meta: Programa Gerenciado	2	100.838,91
BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	10	302		Ação: Reforma, ampliação e reequipamento do hospital municipal Objetivo: Propiciar melhoria e eficiência no atendimento as demandas da população Meta: Unidades Construídas	2	940.000,00
				Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades do Hospital Municipal Meta: Serviço Mantido	2	10.687.982,40
	10	302		Ação: Gestão dos ambulatório de especialidades Objetivo: Gerenciar ações em atividades. Meta: Ações e atividades gerenciadas.	2	2.524.836,39
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10	122		Ação: Gestão do programa de Vigilância em saúde Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços da Vigilância Epidemiológica Meta: Serviços Mantidos	2	902.525,38
	10	304		Ação: Implant. E Manut. Da UNID. De Vigilância em Saúde do Trab.		

F= Função
SF= Sub-função

LDO 2010

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA SOCIAL: MUDANDO A REALIDADE

Código		Ação(Projeto/ Atividade)		Recursos 2009	
F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
08	122		Ação: Modernização da secretaria/reforma adm SUAS Objetivo: Dotar a Secretaria de melhores condições de funcionamento e atendimento Meta: Reforma realizada	0	36.000,00
08	244		Ação: Programa bolsa família/IGD/formação profissional/inclusão produtiva Objetivo: Promover ações de assistência à criança e adolescente. Meta: Crianças e Adolescentes assistidos	0 03	40.000,00 246.000,00
08	244		Ação: PSB - projeto comunidade forte Objetivo: Implantar e Promover programas e ações voltadas à inclusão social Meta: Pessoas Atendidas	0	184.000,00
08	244		Ação: Gestão dos Conselho municipais Objetivo: Implementar, promover ações e serviços de atendimento e Complementação a População Carente Meta: Gestão Efetuada	0	6.000,00
08	244		Ação: PSB atendimento sócio assistencial a família/paif Objetivo: Gerenciar, administrar as ações, atividades do Prog. de Assist. Integral a Família. Meta: Gestão Efetuada	0 03	15.000,00 108.000,00
08	242		Ação: PSE atendimento ao Portador de Deficiência Objetivo: Promover ações de atendimento e assistência ao Portador de Deficiência Meta: Pessoas Atendidas	0 03	54.000,00 5.000,00
08	244		Ação: Benefícios eventuais/complementação nutricional/BPC Objetivo: Implementar, promover ações e serviços de atendimento e Complementação a População Carente Meta: Serviços Mantidos	0 03	673.000,00 6.000,00
08	243		Ação: PSB Gestão das ações de promoção da infância e do adolescente Objetivo: Promover ações de assistência à criança e adolescente. Meta: Crianças e Adolescentes assistidos	0 04	5.000,00 199.000,00
08	244		Ação: PSE - atendimento especializado a família Objetivo: Garantir atendimento especializado a família Meta: Atendimento diferenciado para as famílias de Simões filho	0 03	6.000,00 26.647,57
04	122		Ação: Gestão dos serviços da secretaria de desenvolvimento social Objetivo: Desenvolvimento social Meta: Ações e atividades gerenciadas.	0	319.000,00
08	241		Ação: Assistência social ao idoso Objetivo: Implementar e promover ações, atividades e serviços de atendimento social ao idoso Meta: Idosos atendidos	00 03	48.200,00 2.420,56

F= Função

SF= Sub-função

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 007 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA COM SUSTENTABILIDADE

Código		Ação				
F	SF	Código	Denominação	Produto	Unidade de medida	Meta 2010
04			Ação: Fortalecimento da Agricultura Familiar	Digitalização realizada		

F=

Função

SF= Sub-função

LDO 2010
Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 008 - PROGRAMA HABITACIONAL

Código		Ação(Projeto/ Atividade)		Recursos 2009	
F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
16	482		Ação: Melhoria habitacional - Pessoas carentes Objetivo: Desenvolver e implantar ações de melhoria habitacional Meta: Melhorias realizadas	0 04	95.788,03 2.957.880,35
16	482		Ação: Construção de casas populares - população carente Objetivo: Melhorar as condições de habitabilidade da população Meta: Casas construídas	0	70.000,00
16	482		Ação: Gestão das ações de habitação popular Objetivo: Gerenciar as ações de habitação popular Meta: Ações de habitação gerenciadas	05 0	66.473,00 6.473,00
16	482		Ação: Gestão das ações/habitação de interesse social Objetivo: Gerenciar as ações de habitação de interesse social Meta: Ações de habitação gerenciadas	0	20.000,00
16	482		Ação: Gestão habitar Brasil - DI Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades de habitação Meta: Serviços Mantidos	0	110.000,00
04	127		Ação: Gestão Serviços de fiscaliz. e Regularização do uso do solo Objetivo: Administrar, gerir e manter as ações e serviços de fiscalização Meta: Serviços Mantidos	0	370.000,00

F= Função

SF= Sub-função

LDO 2010
Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 009 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Código		Ação(Projeto/ Atividade)		Recursos 2009	
F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
15	451		Ação: Implantação do Novo Acesso de Simões Filho Objetivo: Promover melhores condições de acessibilidade ao município Meta: Novo Acesso Construído	0 04	1.054.000,00 2.100.000,00
15	451		Ação: Construção e/ou requalificação de vias publicas Objetivo: Melhorar as condições de trafegabilidade das vias Meta: Asfalto Recompuesto	0 04 05 11	4.258.500,00 2.100.000,00 1.663.844,21 1.987.291,69
15	451		Ação: CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS Objetivo: Construir passarelas Meta: Passarelas construídas	0 05	935.000,00 10.000,00
			Objetivo: Promover ações de melhorias das condições sanitárias do município Meta: Melhorias sanitárias realizadas	04	566.473,00
17	512		Ação: Construção e ampliação da rede de esgoto / Convenio contra partida Objetivo: Promover melhoria das condições de saneamento do município Meta: Rede ampliada	04	3.307.498,69
10	512		Ação: Implantação de "kits" para melhorias sanitárias Objetivo: Implantar e promover ações de melhorias das condições sanitárias do município Meta: Melhorias sanitárias realizadas	0	1.051.000,00
10	512		Ação: Construção de unidades sanitárias Objetivo: Prevenção de doenças infecto-contagiosas	0 5	139.000,00 141.422,27

15	451		Meta: Unidade sanitária construída Ação: Obras Emergenciais/ Situação de Risco Objetivo: Promover obras emergências com vistas à minimização de riscos Meta: Obras realizadas	0	1.005.000,00
15	451		Ação: Construção de passeios públicas-passarelas Objetivo: Melhorar as condições de infra-estrutura de passeios e áreas públicos Meta: Passeios Construídos	0 05	410.000,00 30.000,00
15	451		Ação: Obras de proteção de encostas Objetivo: Melhorar as condições de infra-estrutura de encostas e muros Meta: Encostas Construídas	0	550.000,00
04	122		Ação: Manutenção dos Serviços da secretaria. Objetivo: Administrar e manter as ações e atividades a cargo da Secretaria Meta: Serviços Mantidos	0	677.738,97
16	451		Ação: Habitar -Urbanização de assentamento Objetivo: Urbanizar os assentamentos Meta: Assentamentos urbanizados	0 04	95.788,03 957.880,35

F= Função

SF= Sub-função

LDO 2010

Anexo I: Metas Administrativas

PROGRAMA: 010 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETIVO: Dotar e manter equipamentos públicos essenciais a prestação de serviços públicos

Código		Ação(Projeto/Atividade)		Recursos 2009	
F	SF	Código	Denominação	Fonte	Valor
15	452		Ação: Gestão das ações do galpão Objetivo: Gerenciar as ações do galpão Meta: Ações gerenciadas	0	225.000,00
15	451		Ação: Construção de Praças, Parques e Jardins Objetivo: Dotar o município de áreas de lazer Meta: Equipamentos Construídos	0	110.000,00
04	122		Ação: Gestão dos serviços da Secretaria de Serviços Públicos Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços da secretaria Meta: Serviços Mantidos	0	370.000,00
15	451		Ação: Melhoria e conservação de Praças, Parques e Jardins Objetivo: Administrar, manter, preservar e conservar áreas públicas Meta: Serviços Mantidos	0	120.000,00
15	451		Ação: Gestão dos Mercado, e outros equipamentos urbanos institucionais Objetivo: Administrar, manter, preservar e conservar mercado, feiras e centros comerciais Meta: Serviços Mantidos	0	170.000,00
			Objetivo: Administrar e manter as ações, atividades e serviços de limpeza pública Meta: Serviços mantidos	0	1.415.000,00
04	122		Ação: Gestão das ações da Casa do Gari Meta: Serviços mantidos		

F= Função

SF= Sub-função

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2010
ANEXO II. B

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2008 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2008 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	132.916.386,00	0,0013	142.933.398,17	0,0012	10.017.012	7,54
Receitas Primárias (I)	132.808.605,00	0,0013	142.933.398,17	0,0012	10.124.793	7,62
Despesa Total	132.916.386,00	0,0013	131.109.892,67	0,0011	(1.806.493)	(1,36)
Despesas Primárias (II)	127.453.674,00	0,0013	124.593.785,71	0,0011	(2.859.888)	(2,24)
Resultado Primário (I - II)	5.354.931,00	0,0001	18.339.612,46	0,0002	12.984.681	242,48
Resultado Nominal	559.429,00	0,0000	(18.552.998,65)	(0,0002)	(19.112.428)	(3.416,42)
Dívida Pública Consolidada	31.990.355,00	0,0003	23.454.359,15	0,0002	(8.535.996)	(26,68)
Dívida Consolidada Líquida	19.207.074,00	0,0002	5.228.419,77	0,0000	(13.978.654)	(72,78)

FONTE: Câmara Municipal de Simões Filho.
Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para o Ano de 2008

Especificação	Valor R\$ Milhares
Previsão PIB Estadual 2008	100.000.000.000,00
Valor realizado PIB Estadual 2008	114.465.500.000,00

LDO - Simões Filho 2010

Lei Complementar n.º 101, Art. 4º § 2º inciso I: avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010
ANEXO II.C

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Receita Total	125.818.222,00	142.933.398,17	13,60%	142.938.750	0,00%	133.019.728	-6,94%	144.592.444	8,70%	157.605.764	9,00%	
Receitas Primárias (I)	125.744.521,60	142.933.398,17	13,67%	141.834.190	-0,77%	133.019.728	-6,21%	144.592.444	8,70%	157.605.764	9,00%	
Despesa Total	134.548.916,00	131.109.892,67	-2,56%	142.938.750	9,02%	133.019.728	-6,94%	144.592.444	8,70%	157.605.764	9,00%	
Despesas Primárias (II)	127.563.130,00	124.593.785,71	-2,33%	138.207.750	10,93%	127.738.486	-7,58%	138.851.734	8,70%	151.348.390	9,00%	
Resultado Primário (I - II)	(1.818.608,40)	18.339.612,46	-1108,44%	3.626.440	0,00%	5.281.242	45,63%	5.740.710	0,00%	6.257.374	0,00%	
Resultado Nominal	5.641.541,00	(18.552.998,65)	-428,86%	(15.952.999)	14,01%	(20.074.345)	0,00%	(21.820.813)	8,70%	(23.784.686)	9,00%	
Dívida Pública Consolidada	29.275.706,00	23.454.359,15	-19,88%	20.854.359	11,09%	21.531.102	3,25%	19.657.896	8,70%	17.888.685	9,00%	
Dívida Consolidada Líquida	17.577.193,00	5.228.419,77	-70,25%	2.428.420	53,55%	4.799.689	97,65%	4.382.116	8,70%	3.987.726	9,00%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Receita Total	125.818.222,00	142.933.398,17	13,60%	142.938.750	0,00%	115.448.730	-19,23%	123.831.098	7,26%	132.939.209	7,36%	
Receitas Primárias (I)	125.744.521,60	142.933.398,17	13,67%	141.834.190	-0,77%	115.448.730	-18,60%	123.831.098	7,26%	132.939.209	7,36%	
Despesa Total	134.548.916,00	131.109.892,67	-2,56%	142.938.750	9,02%	115.448.730	-19,23%	123.831.098	7,26%	132.939.209	7,36%	
Despesas Primárias (II)	127.563.130,00	124.593.785,71	-2,33%	138.207.750	10,93%	111.535.023	-19,30%	119.706.224	7,33%	128.601.610	7,43%	
Resultado Primário (I - II)	(1.818.608,40)	18.339.612,46	-1108,44%	3.626.440	0,00%	5.253.545	44,87%	5.707.984	0,00%	6.218.492	0,00%	
Resultado Nominal	5.641.541,00	(18.552.998,65)	-428,86%	(15.952.999)	14,01%	(20.474.517)	0,00%	(22.293.644)	8,88%	(24.346.456)	9,21%	

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: VWB1ZMGATPM7MDR8R5GHWQ

Esta edição encontra-se no site: www.simoefilho.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Dívida Pública Consolidada	29.275.706,00	23.454.359,15	-19,88%	20.854.359	11,09%	21.070.743	1,04%	19.274.155	8,53%	17.570.909	8,84%
Dívida Consolidada Líquida	17.577.193,00	5.228.419,77	-70,25%	2.428.420	53,55%	4.776.813	96,70%	4.363.047	8,66%	3.971.935	8,96%

FONTE: Câmara Municipal de Simões Filho.

LDO - Simões Filho 2010

Lei Complementar nº 101, Art. 4º, § 2º, inciso II: O Anexo conterá ainda: demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional

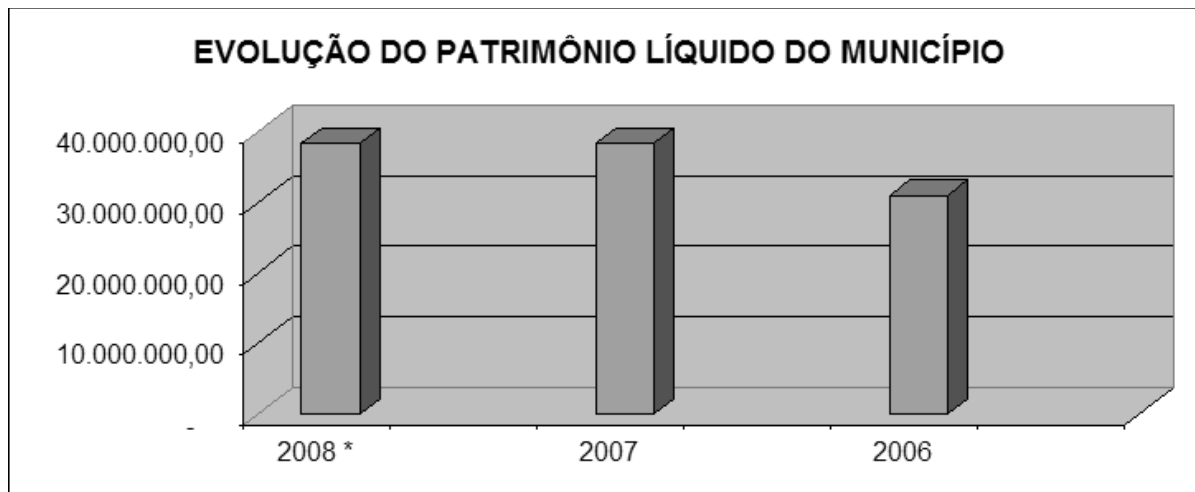
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2010
ANEXO II. D

RF, art. 4º § 2º, inciso III	R\$ 1,00		
RESULTADO PATRIMONIO	2008 *	2007	2006
Saldo Patrimonial inicial	28.051.376,81	28.051.376,81	2.936.050,48
Variações Ativas	185.925.823,26	185.925.823,26	178.523.194,39
Variações Passivas	175.567.264,06	175.567.264,06	150.471.817,58
Saldo Patrimonial Final do exercício.	38.409.936,01	38.409.936,01	30.987.427,29

PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 1,00					
	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL						

FONTE: Prefeitura Municipal de Simões Filho

* Valor estimado, poderá ser alterado no fechamento do Balanço



LDO - Simões Filho 2010

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2010

ANEXO II. E

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007 (b)	2006
RECEITA DE CAPITAL		73.700	
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		73.700	
Alienação de Bens Móveis		73.700	
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL		73.700	
DESPESAS LIQUIDADAS	2008 (b)	2007 (e)	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS		73.700	
DESPESAS DE CAPITAL		73.700	
Investimentos		73.700	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	73.700	-
SALDO FINANCEIRO	(c)=(a- b)+(f)	(f)=(d- e)+(g)	(g)

FONTE: Câmara Municipal de Simões Filho.

LDO - Simões Filho 2010

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DA PREVIDÊNCIA
2010
ANEXO II. F

LRF, art. 4º § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2006	2007	2008
RECEITAS CORRENTES			
Receitas de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal do Exercício Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDENCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de pensões entre RPPS e RGPS			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: Câmara Municipal de Simões Filho.

LDO - Simões Filho 2010

Lei Complementar n.º 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial

a) dos regimes geral de previdência social e próprios de servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II. A

METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio 2000)¹

Diante da crise financeira que está assolando o mundo como um todo, o mercado financeiro brasileiro resolveu reduzir fortemente sua estimativa para o crescimento econômico de 2009, após dados recentes mostrarem uma fraqueza maior que a esperada entre o fim do ano passado e o início deste, o que reflete diretamente nas receitas municipais.

Partindo dessa premissa, o governo brasileiro tomou medidas para proteger a economia nacional e evitar a recessão. Onde a principal dela foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI dos automóveis e dos eletrodomésticos da chamada “linha branca”. Essa medida visou tão somente estimular o setor automobilístico e o de varejo, fazendo com que o comércio ficasse aquecido, gerasse demanda por carros e mercadorias, para que não ocasionasse desemprego. Com essa ação o Governo Federal tentou minimizar os efeitos da crise, mas penalizou diretamente os municípios, pois reduzindo o IPI, reduz também os repasses municipais, já que o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, principal receita da maioria dos municípios, é formado pelo IPI e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

Sendo assim, desde o início do ano até os dias de hoje, os repasses tem diminuído a cada mês, provocando insatisfação por parte dos prefeitos e gerando problemas nas finanças municipais.

No dia 28 de abril, as prefeituras baianas amanheceram com suas portas fechadas e apenas os serviços essenciais - como postos de saúde e abastecimento de água – estiveram funcionando, em protesto contra a queda do FPM e do ICMS em decorrência da crise financeira mundial.

¹ demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Na Bahia quase todos os municípios sobrevivem deste repasse. Segundo a União das Prefeituras da Bahia - UPB, os gestores já estão adotando medidas de contenção de despesas, onde estima que a perda acumulada com a queda do FPM nos três primeiros meses do ano seja superior de 20%.

Dessa forma os municípios terão que se adequar a essa nova realidade. Seguindo os passos da União que apresentou uma segunda estimativa de receita para 2009 e 2010, os municípios terão que re-estimar suas receitas para esse ano e conseqüentemente os próximos.

Quando o Governo Federal elaborou sua proposta orçamentária, não tinha dimensão da crise. Com a perspectiva de que a economia está às vésperas de se desacelerar, tomou-se a decisão de rebaixar a previsão de crescimento de 2009 de 4% para 3,5%, mesmo que ainda aposte numa retomada da atividade econômica ao longo do próximo ano. Então, projetaremos nossa receita o mais perto da realidade e das previsões econômicas.

As variáveis utilizadas para a projeção são:

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB – BA (%a.a.)	2,50	2,70	3,00
Inflação IPCA - IBGE (%a.a.-12 meses)	4,20	4,50	4,50
Esforço de Arrecadação Municipal	1,50	1,50	1,50

Por outro lado, as despesas obrigatórias, como de pessoal e encargos sociais, continuarão sujeitas a um crescimento natural, que decorre de progressões e reestruturações de carreiras, além de reajustes salariais, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, mas estaremos atentos a controlar e atuar quando necessário, para conter o percentual de pessoal frente à Receita Corrente Líquida.

Para a definição da receita projetada para o ano de 2010 e para os dois anos subseqüentes, foi considerada a evolução a receita no período de 2006 a 2008, uma re-estimativa de 2009 aplicando-se um redutor em torno de 15%, demonstrando assim cautela nas previsões já que os repasses tem diminuído consideravelmente.

No que se refere às despesas, o Município cumpre as determinações da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000, uma vez que já vem controlando os seus gastos com pessoal e custeio, através de medidas administrativas, fato que vem permitindo a realização de ações contínuas na Cidade.

De todo modo, por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária 2010, poderá ocorrer variações de ajustes nos valores constantes dos anexos de metas fiscais apresentados.

ANEXO II

METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2010
ANEXO II. A

LRF, art. 4º
§ 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx 100)
Receita Total	133.019.728	115.448.730	0,132	144.592.444	123.831.098	0,144	157.605.764	132.939.209	0,157
Receitas Primárias (I)	133.019.728	115.448.730	0,132	144.592.444	123.831.098	0,144	157.605.764	132.939.209	0,157
Despesa Total	133.019.728	115.448.730	0,132	144.592.444	123.831.098	0,144	157.605.764	132.939.209	0,157
Despesas Primárias (II)	127.738.486	111.535.023	0,127	138.851.734	119.706.224	0,138	151.348.390	128.601.610	0,150
Resultado Primário (I - II)	5.281.242	5.253.545	0,005	5.740.710	5.707.984	0,006	6.257.374	6.218.492	0,006
Resultado Nominal	(20.074.345)	(20.474.517)	(0,020)	(21.820.813)	(22.293.644)	(0,022)	(23.784.686)	(24.346.456)	(0,024)
Dívida Pública Consolidada	21.531.102	21.070.743	0,021	19.657.896	19.274.155	0,020	17.888.685	17.570.909	0,018
Dívida Consolidada Líquida	4.799.689	4.776.813	0,005	4.382.116	4.363.047	0,004	3.987.726	3.971.935	0,004

FONTE: Câmara Municipal de Simões Filho.

LDO - Simões
Filho 2010

Lei Complementar n.º 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguinte

ANEXO II. G

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

DEMONSTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)¹

Conforme Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 - LRF entende-se como renúncia de receita, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Para que possa ocorrer tal renúncia é necessário que seja apresentado a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender a pelo menos uma das seguintes condições:

- Demonstração pelo proponente de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12 da LRF, e de que não afetará as metas e resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentária.
- Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A Lei estabelece ainda que não seja considerado como renúncia da receita para efeito da mesma às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição Federal, na forma do seu § 1º; e o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

¹ Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Sendo assim, o Município não está prevendo e/ou estabelecendo Renúncia de Receitas para os próximos exercícios. Caso venha a ser instituída serão observados os procedimentos do artigo 14 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

LRF, ar!. 4º, § 2º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	<Ano Ref.>	<Ano+ 1>	
	Não houve renúncia de receitas			
TOTAL				-

FONTE: Secretaria Municipal de
Finanças



A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial
do Município.**

Gestão Transparente e consciência limpa.

ANEXOII. H

ANEXO DE METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

Demonstrativo da Estimativa da Margem de Expansão das

Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000)²

O Demonstrativo da Estimativa da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado passa a ser um requisito da Lei de Diretrizes Orçamentárias introduzido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Considerou-se como margem de expansão das despesas continuadas a diferença real entre a despesa que a Prefeitura está, no momento, legalmente obrigada a executar por mais de dois exercícios e aquela que espera ficar legalmente obrigada a executar ao elaborar o seu orçamento. Tal conceito encontra-se baseado no entendimento do art. 17 da LRF, que trata da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Para que haja expansão da despesa de caráter continuado é necessário que o aumento não afete as metas de resultados fiscais, sendo necessária a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Desta forma, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária, já que se entende como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado.

Como está previsto uma pequena queda na base de cálculo para 2010 em virtude da expectativa de retração real do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em torno de 0,3%, os municípios terão que se adequar em relação à queda na receita, comprometendo os possíveis investimentos previstos.

² Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO
<2010>

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto <2009>
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I-II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (N)	
Impacto de Novas DOCC*I	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-N)	

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2010

Demonstrativo de Riscos Fiscais

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000)³

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deva conter o anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

I - DA QUEDA DA RECEITA

A queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nos municípios da Bahia, variam, entre 5% e 19% maior do que o previsto no início do corrente ano. Esse percentual surpreendeu os gestores municipais do Estado, que já consideram a possibilidade de não poder cumprir obrigações legais, como o repasse mensal de recursos às Câmaras.

As prefeituras esperavam a queda na arrecadação, mas tinham como referência a previsão da Secretaria do Tesouro Nacional, que, com base na estimativa da Receita Federal, avaliou em R\$ 310 milhões o FPM do 2º decêndio. Mas o valor pago, que refletiu o volume de arrecadação do dia 1º a 10 de março de 2009, foi de apenas R\$ 250 milhões. Com isso nas prefeituras se confirmou a chegada da crise mundial aos municípios. Essa arrecadação mostra que a crise terá um impacto violento nas prefeituras, que apresentam dificuldades em transferir o duodécimo para as Câmaras Municipais.

A diminuição das receitas promete ser mais grave problema a ser enfrentado, onde as prefeituras só contam com os recursos do FPM como principal ou única fonte de renda.

É importante ressaltar que além dessa diminuição, dos recursos do FPM, as prefeituras são obrigadas a investir 15% na Saúde e 25% na Educação, além de repassar um percentual equivalente a 8% do orçamento anual para as Câmaras Municipais. Quanto menor os repasses do Fundo menos terão para investir nesses setores.

³ Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

As medidas que o Governo Federal vem tomando interferem diretamente nas gestões municipais, tais como: conceder isenção do IPI às montadoras, com vistas ao reaquecimento da economia. Mas só que 48% desse imposto é destinado a estados e municípios, que não tiveram qualquer compensação. Também o anunciado parcelamento das dívidas com o INSS, promovido pelo governo federal, não atende aos anseios das prefeituras.

A re-estimativa da receita do município para o período 2009, e sua projeção para 2010 tem como parâmetros os valores constantes e correntes o PIB-BA, IPCA-IBGE e Esforço Municipal. Essas variáveis macroeconômicas segundo expectativas devem se comportar conforme descrito abaixo:

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB – BA (%a.a.)	2,50	2,70	3,00
Inflação IPCA - IBGE (%a.a.-12 meses)	4,20	4,50	4,50
Esforço de Arrecadação Municipal	1,50	1,50	1,50

O Município acumulou ao longo de sua trajetória fiscal diverso compromissos que podem afetar o equilíbrio fiscal. Não obstante, esses compromissos estão sendo avaliados e liquidados. Além disso, o município busca o equilíbrio financeiro, adotando medidas como:

- I. Renegociação da dívida fundada e flutuante;
- II. Incremento de receitas próprias através da melhoria na qualidade da tributação, combate a sonegação e evasão fiscal;
- III. Contingenciamento de recursos e normatização da execução orçamentária.

Dessa forma, o município compatibiliza sua política econômica doméstica com a política econômica nacional.

II - DOS RISCOS

II. I - DÍVIDA

Os riscos da Dívida Pública Municipal são decorrentes de variações das taxas de juros, afetando o volume de recursos necessários ao pagamento do serviço e do estoque da dívida.

O esforço para atingir o equilíbrio financeiro é influenciado pela conjuntura econômica nacional e pelas próprias características da economia local.

A dívida municipal tem influência fundamental na realização das despesas correntes e de capital do município, no sentido de que os recursos devem ser canalizados para suprir os débitos anteriores e atuais. Por outro lado, o controle deve ser rigoroso, de forma que o município adote uma visão de vanguarda em relação a evolução das dívidas.

Ademais, acrescentamos ainda o fato, de a gestão anterior ter deixado sem pagar o INSS totalizando o valor de R\$ 23.000.000,00, despesas com o salário do funcionalismo municipal do mês de dezembro e 13º, dessa forma, influenciando diretamente nas contas da municipalidade.

II. II - RECEITA

As receitas municipais, projetadas com base nos parâmetros apresentados acima, podem sofrer impacto de mudanças no cenário econômico nacional e local, sendo assim, poderá correr frustrações ou excesso de arrecadação. No caso de frustrações as metas deverão ser reavaliadas, e o município adotará as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar o superávit primário estabelecido, garantindo desta forma a sustentação fiscal e financeira em bases permanentes.

A renúncia de receitas é outro fator que afeta as receitas do tesouro, visto que o município deixa de arrecadar devido à concessão de algum benefício fiscal a certos setores e empresas, todavia, espera-se que o benefício social em termos de geração de emprego e renda compense a parcela de receita não arrecadada.

Por outro lado, deve buscar uma política de expansão da arrecadação própria por incremento do esforço de arrecadação e do crescimento econômico.

Por fim, as metas fiscais podem ser afetadas por vários fatores. No momento evidenciam-se as mais coerentes.

Em suma, as metas fixadas confirmam o comprometimento do Governo Municipal com a responsabilidade fiscal, contribuindo para a estabilidade das contas públicas, adequando à crise mundial e propiciando a criação das condições necessárias para o crescimento sustentado com inclusão social.

Extratos de Contratos

EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº. 056/2009 PMSF – Carta Convite n.º 020/2009. Contratado: Funerária Siaf Ltda ME. **CNPJ:** 08.980.649/0001-28 - **Objeto:** Fica prorrogado por mais 01 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias. Tendo o seu termo inicial em 08.11.2009 e seu termo final em 31.12.2009. Fica mantido o preço anteriormente ajustado.



**Na Imprensa Oficial
todo mundo vê.**

MODERNIDADE
ECONOMIA
TRANSPARÊNCIA

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial
do Município.**

Gestão Transparente e consciência limpa.